

Líderes se despedem satisfeitos com trabalho

BRASÍLIA — Os líderes da oposição e do governo deixaram ontem Brasília declarando-se satisfeitos com os resultados obtidos ao longo do ano no Congresso. Os parlamentares encerraram suas atividades na segunda-feira, mas poderão ser convocados extraordinariamente no início de janeiro.

Deputados e senadores concordam que houve vitórias e derrotas dos dois lados. Ao voltar do almoço com o presidente Fernando Collor, no Palácio do Planalto, o líder do PRN, deputado Arnaldo Faria de Sá (SP), disse

ter ficado satisfeito com os resultados das últimas votações. As cinco medidas provisórias que tiveram parecer pela inadmissibilidade (consideradas não urgentes e, portanto, rejeitadas), a seu ver, poderão ser reeditadas pelo presidente por não ter havido votação de recurso contra os pareceres.

COMANDO

Na opinião do líder do PMDB, deputado Íbsen Pinheiro (RS), as votações deste ano demonstraram que nem o governo nem a oposição tem o comando

do Congresso. "E isso também vale para o próximo, que não terá composição muito diferente do atual Congresso", disse Íbsen.

Em sua opinião, "tudo precisa ser negociado", o que ele considera muito bom. Ninguém tem o controle da maioria. "A diferença é que nós sabemos disso e eles não."

Outro líder oposicionista, Euclides Scalco (PSDB-PR), lembra que nas negociações que permitiram as últimas votações, no Congresso, os dois lados fizeram concessões. As oposições, por exemplo, aceitaram elevar os vencimentos dos secretá-

rios especiais do Executivo em porcentagens muito acima da fixada para os servidores públicos (135% e 156% contra 81%), mas conseguiram sustar a criação de 26 tipos de subsídios.

GANHOS

Para Scalco, ao menos nas últimas horas de funcionamento do Congresso, "administrativamente todos ganharam". E acrescentou: "Apesar de as medidas provisórias terem chegado somente na véspera, as lideranças selecionaram, entre as oito, as três realmente de interes-

se do País, relativas ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto de Renda e ao reajustamento de vencimentos dos servidores públicos, e as aprovaram." As outras cinco, ressaltou, não passaram pelo crivo da urgência.

CONVOCAÇÃO

Ao menos uma das três medidas provisórias que restaram no Congresso sem votação — referentes às mensalidades escolares, ao Lloyd Brasileiro e ao Imposto Territorial Rural — deverá obrigar a convocação extraordinária

para antes do dia 14 de janeiro, na opinião de alguns parlamentares, apesar de Faria de Sá ter afirmado que a convocação ficaria para o início de fevereiro, coincidindo com a posse do novo Congresso.

É que qualquer imposto tem de ser aprovado num ano para vigorar no seguinte. A medida provisória editada no dia 14, relativa ao ITR, mesmo sem a aprovação do Congresso supre essa exigência constitucional por ter entrado em vigor com a publicação. Mas se não for ratificada pelo Congresso dentro do prazo de 30 dias, ela se extingue.